

FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE SÃO PAULO

DOIS POVOS, UMA TERRA: EM BUSCA DE CAMINHOS PARA COEXISTÊNCIA
ALÉM MUROS E FRONTEIRAS

Elayne Gomes da Silva

SÃO PAULO

2026

Elayne Gomes da Silva

DOIS POVOS, UMA TERRA: EM BUSCA DE CAMINHOS PARA COEXISTÊNCIA
ALÉM MUROS E FRONTEIRAS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito final no curso de
Bacharel em Teologia da Faculdade Teológica
Batista de São Paulo.

Orientador: Profa. Dra. Analzira Pereira do
Nascimento

SÃO PAULO

2026

Silva, Elayne Gomes da.

Dois povos, uma terra: em busca de caminhos de coexistência
além muros e fronteiras / Elayne Gomes da Silva - São Paulo,
2026.

28 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Teologia) -
Faculdade Teológica Batista de São Paulo.

Orientadora: Profa. Dra. Analzira Pereira do Nascimento.

1. Terra. 2. Israel. 3. Palestina. 4. Identidade. 5. Fronteira I.
Título. II. Nascimento, Analzira Pereira do.

CDD 320.95

FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE SÃO PAULO

Elayne Gomes da Silva

DOIS POVOS, UMA TERRA: EM BUSCA DE CAMINHOS PARA COEXISTÊNCIA
ALÉM MUROS E FRONTEIRAS

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Analzira Pereira do Nascimento

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao cientista político André Lajst, cuja postura pacífica e cujo genuíno desejo de promover a coexistência para além muros e fronteiras inspiraram profundamente o meu percurso.

AGRADECIMENTO

Agradeço de todo meu coração:

Em primeiro lugar ao meu Deus.

Em muitos momentos acreditei que não conseguiria desenvolver este trabalho, mas, pela graça e pela força do Espírito Santo, pude não apenas concluí-lo, como também encontrar as palavras certas para expressar meu desejo de paz e coexistência, inspirado nos ensinamentos do meu Mestre, Jesus Cristo.

Aos meus Pais que são aqueles que me incentivam e me motivam a ser uma melhor filha todos os dias.

A minha orientadora Dra. Analzira Pereira do Nascimento pelo direcionamento e cuidado em cada palavra mencionada neste trabalho

RESUMO

Este trabalho investiga as raízes históricas, culturais, religiosas e políticas do conflito entre israelenses e palestinos, tomando como ponto de partida as narrativas fundacionais de Abraão, Hagar, Ismael e Isaac no Antigo Testamento. A pesquisa parte da hipótese de que as narrativas bíblicas, associadas aos processos históricos e políticos posteriores, contribuíram para a construção de identidades e reivindicações territoriais que ainda influenciam esse conflito. O objetivo geral consiste em analisar de que forma a relação entre terra, identidade e memória, presente nas Escrituras e na história, contribui para a compreensão das origens do conflito e das possibilidades de coexistência entre esses povos.

A pesquisa fundamenta-se em referencial teórico composto por estudos bíblicos, historiográficos e geopolíticos, dialogando com autores que abordam a questão da terra, das identidades, do conflito israelo-palestino e das perspectivas de reconciliação. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, com abordagem interdisciplinar, integrando contribuições da Teologia, História e Ciência Política.

Os resultados evidenciam que a compreensão das narrativas bíblicas em conjunto com os acontecimentos históricos possibilita uma leitura mais ampla das disputas territoriais e identitárias, ao mesmo tempo em que aponta para a importância do diálogo, da alteridade e dos princípios cristãos de respeito, justiça e amor ao próximo como caminhos para a coexistência pacífica entre israelenses e palestinos.

Palavras-chave: Terra, Israel; Palestina; Identidade; Coexistência.

ABSTRACT

This study investigates the historical, cultural, religious, and political roots of the conflict between Israelis and Palestinians, using the foundational narratives of Abraham, Hagar, Ishmael, and Isaac in the Old Testament as its starting point. The research is based on the hypothesis that the biblical narratives, together with subsequent historical and political processes, contributed to the construction of identities and territorial claims that continue to influence this conflict. The main objective is to analyze how the relationship between land, identity, and memory, as presented in the Scriptures and throughout history, contributes to understanding the origins of the conflict and the possibilities for peaceful coexistence between these peoples. The research is grounded in a theoretical framework composed of biblical, historiographical, and geopolitical studies, drawing on authors who discuss the issues of land, identity, the Israeli-Palestinian conflict, and perspectives for reconciliation. Regarding the methodology, this is a qualitative, bibliographical, and interdisciplinary study that integrates contributions from Theology, History, and Political Science.

The findings indicate that understanding the biblical narratives alongside historical events provides a broader perspective on territorial and identity disputes while highlighting the importance of dialogue, otherness, and Christian principles of respect, justice, and love for one's neighbor as pathways toward peaceful coexistence between Israelis and Palestinians.

Keywords: Land, Israeli; Palestinian; identity; coexistence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – As viagens de Avrahan.....	15
Figura 2 – Percurso de Hagar e Ismael.....	18
Figura 3 – Osvaldo Aranha na ONU plano de partilha.....	22
Figura 4 - Estrutura queimada e famílias entre os escombros em Gaza	26

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. A QUESTÃO DA TERRA NO VT: FRONTEIRAS, IDENTIDADE E ALTERIDADE.....	12
1.1 ANÁLISE DA QUESTÃO DA TERRA	12
1.1.1 O Nomadismo	12
1.1.2 O chamado de Abrão e seu caminho a terra prometida	13
1.1.3 A alteridade de Hagar e Ismael na experiência do deserto	16
2. CONVIVÊNCIA INTERÉTNICA: FRONTEIRAS, DOMINAÇÕES E AS RESOLUÇÕES DA ONU	19
2.1 CONVIVÊNCIA INTERÉTNICA – AS TRÊS FRONTEIRAS	19
2.2 DOMINAÇÃO E IMPÉRIOS NA REGIÃO.....	19
2.3 RESOLUÇÕES DA ONU – O ANTAGONISMO ENTRE OS DOIS POVOS	23
2.3.1 Criação da UNRWA	23
3. POSSIBILIDADES DE COEXISTÊNCIA ALÉM MUROS E FRONTEIRAS...	27
3.1 DESCONSTRUINDO OS MUROS DE SEPARAÇÃO	27
3.2 CONSTRUINDO CAMINHOS DE RECONCILIAÇÃO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO.....	28
3.3 O EVANGELHO DE JESUS COMO CAMINHO DE COEXISTÊNCIA	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO

A relação entre povos, territórios e identidades constitui um dos temas mais antigos e persistentes da história humana. Entre esses relatos, a trajetória de Abraão e de seus descendentes ocupa lugar central na formação das tradições judaica, cristã e islâmica, influenciando não apenas imaginários religiosos, mas também disputas geopolíticas que atravessam milênios. A compreensão contemporânea dos conflitos no Oriente Médio, especialmente no que se refere às tensões entre israelenses e palestinos, exige um olhar que ultrapasse análises exclusivamente políticas e considere também os fundamentos históricos, culturais e simbólicos que moldaram a noção de “terra prometida” e de pertencimento.

A escolha deste tema emerge não apenas do interesse acadêmico pelos estudos geopolíticos do Oriente Médio e pelas questões teológicas que atravessam a formação histórica e religiosa daquela região, mas também de uma experiência concreta de vivência no território israelense durante o ano de 2024, em um contexto marcado por tensões e conflitos. A convivência cotidiana com árabes e israelenses, observada em diferentes espaços sociais — como o comércio, o ambiente militar, as instâncias políticas e as relações interpessoais — tornou mais evidente a possibilidade real de coexistência entre esses povos, frequentemente apresentados sob a ótica exclusiva da ruptura e da hostilidade. Tal experiência suscitou reflexões acerca das dinâmicas de alteridade, pertencimento e fronteira, conduzindo à percepção de que a construção da coexistência demanda educação para a escuta, disposição ao reconhecimento mútuo e abertura à compreensão da experiência do outro. Sob a perspectiva cristã, tais elementos encontram fundamento nos ensinamentos de Jesus Cristo no Novo Testamento, que orientam para uma ética do acolhimento, da reconciliação e do amor ao próximo, oferecendo importante horizonte interpretativo para a presente análise.

Este trabalho propõe uma análise que parte das narrativas fundacionais presentes nos textos bíblicos e nas tradições do Antigo Oriente Próximo, examinando como a figura de Abraão inaugura um percurso marcado pelo nomadismo, pela promessa divina e pela busca por um território. No primeiro capítulo, investiga-se o conceito de terra como elemento identitário e espiritual, bem como o caminho percorrido por Abraão, suas dúvidas, deslocamentos e a construção de um imaginário territorial que influenciaria gerações posteriores.

Seguindo nesse contexto de deslocamento, analisa-se parte da história de Hagar e Ismael, personagens frequentemente marginalizados nas leituras tradicionais, mas fundamentais para compreender a formação de linhagens e narrativas que também reivindicam

legitimidade territorial. A trajetória de Hagar, marcada pela expulsão, pelo deserto e pela sobrevivência, abre espaço para refletir sobre outras formas de pertencimento e sobre a pluralidade de memórias que compõem a região.

O segundo capítulo amplia o olhar para a convivência interétnica ao longo da história, abordando as fronteiras culturais, as dinâmicas de dominação e o impacto das perseguições na Europa na confirmação de identidades e deslocamentos populacionais. A análise das fronteiras simbólicas, políticas e religiosas permite compreender como diferentes grupos passaram a disputar narrativas e espaços, muitas vezes sob influência de potências externas.

Ainda neste capítulo, são examinadas as resoluções da Organização das Nações Unidas e seu papel na intensificação do antagonismo entre israelenses e palestinos. A partir de uma perspectiva crítica, discute-se como decisões internacionais, embora fundamentadas em princípios de mediação, contribuíram para redefinir fronteiras, legitimar reivindicações e, simultaneamente, aprofundar tensões.

Por fim, o terceiro capítulo busca identificar possibilidades de coexistência que ultrapassem fronteiras físicas e ideológicas. Considerando experiências históricas de convivência, iniciativas de diálogo e propostas contemporâneas de solução, o capítulo final aponta caminhos para pensar uma coexistência possível, ainda que desafiadora, entre povos que compartilham memórias, territórios e esperanças. Trata-se de uma esperança que vai além da simples convivência, fundamentando-se em um olhar profundo e humanizado sobre o outro, marcado pelo respeito, pela tolerância e pelo amor, conforme uma perspectiva cristã que valoriza a dignidade de toda pessoa. Essa reflexão é enriquecida por testemunhos autênticos de indivíduos que nasceram e viveram nesse contexto, participando não apenas da vida cotidiana, mas, muitas vezes, atuando diretamente nas dinâmicas do próprio conflito, oferecendo, assim, uma compreensão encarnada das possibilidades de paz.

Assim, este trabalho pretende oferecer uma leitura interdisciplinar que articula história, religião, política e cultura, contribuindo para uma compreensão mais ampla das raízes do conflito e das possibilidades concretas de construção da paz e da coexistência.

Diante dessas questões, esta pesquisa parte do seguinte problema: de que maneira a narrativa bíblica de Hagar e Ismael pode oferecer contribuições teológicas e hermenêuticas para a reflexão contemporânea sobre alteridade, pertencimento e possibilidades de coexistência entre povos historicamente marcados por disputas territoriais e identitárias no contexto do Oriente Médio? Nesse sentido, o objetivo geral consiste em analisar a narrativa bíblica de Hagar e Ismael à luz das categorias de território, identidade e alteridade, investigando suas contribuições

para a compreensão das dinâmicas históricas e simbólicas que permeiam os conflitos na região, bem como para a construção de perspectivas teológicas de coexistência.

De modo específico, busca-se investigar o conceito de terra e pertencimento nas narrativas fundacionais ligadas à trajetória de Abraão; analisar a narrativa de Hagar e Ismael como expressão de deslocamento, exclusão e construção identitária; examinar os processos históricos, políticos e religiosos que contribuíram para a configuração das tensões entre israelenses e palestinos; e refletir sobre possibilidades de coexistência a partir de uma perspectiva teológica cristã fundamentada na alteridade, na reconciliação e no reconhecimento mútuo.

Para tanto, a pesquisa possui caráter qualitativo, de natureza bibliográfica e abordagem interdisciplinar, articulando contribuições da teologia bíblica, da história, da geopolítica e dos estudos culturais. A investigação parte da leitura e interpretação de textos bíblicos relacionados à trajetória de Abraão, Hagar e Ismael, dialogando com produções acadêmicas contemporâneas acerca das noções de território, identidade, alteridade e conflito. Além disso, a reflexão é enriquecida pela interlocução com experiências concretas de convivência interétnica observadas no contexto israelense, compreendidas como elementos que ampliam a interpretação crítica e a problematização proposta por esta pesquisa.

1. A QUESTÃO DA TERRA NO VT: FRONTEIRAS, IDENTIDADE E ALTERIDADE

Neste primeiro capítulo analisa-se a questão da terra como elemento identitário e espiritual, bem como o nomadismo e o caminho percorrido por Abraão rumo à terra prometida, destacando suas dúvidas e tensões internas, a forma pela qual a noção de terra era compreendida no mundo antigo, especialmente no que diz respeito à posse, herança, promessa e conquista. A partir dessa análise, procuraremos responder a questões fundamentais que nos conduzem à revisão de conceitos e à ruptura de paradigmas que sustentam a ideia de um direito absoluto de um povo em detrimento de outro. Buscando traçar possíveis caminhos de coexistência entre esses dois povos, além muros e fronteiras. Trazemos para esta análise, o que se compreende hoje como a região de Israel e Palestina.

1.1 ANÁLISE DA QUESTÃO DA TERRA

Segundo a SCB¹ (s.d.) o termo hebraico *'eretz* também pode ser entendido como “terra” no sentido de um território específico ou delimitado, sendo usado nas Escrituras para designar regiões como “terra do norte”, “terra da campina”, “terra de teus pais”, “terra do cativo”, “terra dos cananeus”, “terra de Israel”, “terra de Benjamim” e até mesmo a “terra do Senhor”.

No trecho citado, observa-se que o termo *'eretz*, quando aparece associado a outro elemento, passa a designar uma região específica. Assim, nesses casos, não se trata da “terra” mencionada em Gênesis 1 como o todo, mas de um território delimitado e particular.

Para além desta questão do conceito de terra, é necessário considerar um modo de organização social que, embora atualmente se manifeste de forma mais restrita, permanece presente e constituiu o padrão predominante entre os povos que compõem o foco desta análise: o nomadismo.”

1.1.1 O Nomadismo

De acordo com a *Enciclopédia Britânica* (2024), o nomadismo pode ser entendido como um modo de vida caracterizado pela ausência de permanência contínua em um único

¹ SCB: Sociedade Criacionista Brasileira

território, diferenciando-se do sedentarismo. Esse padrão de mobilidade também se distingue da migração, que ocorre de forma acíclica e implica a mudança definitiva de habitat. No caso do nomadismo, os deslocamentos são cíclicos ou periódicos e orientados por fatores como a disponibilidade de recursos alimentares e as condições tecnológicas que permitem sua exploração. Assim, não se trata de movimentos aleatórios, mas da formação de centros temporários cuja estabilidade varia conforme as possibilidades de subsistência. A literatura ainda identifica três categorias amplas de grupos nômades: caçadores-coletores, pastores nômades e artesãos ou comerciantes itinerantes.

Essa forma de organização social caracteriza os povos e a região que constituem o foco deste estudo. As narrativas bíblicas indicam que Abraão levava um modo de vida nômade, e diversos elementos presentes nesses relatos permitem associar sua experiência ao nomadismo pastoril. No entanto, após a aquisição da caverna de Macpela, em Hebrom, observa-se uma mudança significativa: ao tornar-se proprietário de uma parcela de terra, Abraão passa a assumir uma condição vinculada ao sedentarismo, rompendo parcialmente com o padrão nômade que até então caracterizava sua experiência. É um passo significativo que leva ao início do enraizamento de sua família em Canaã e o início do cumprimento da promessa feita por Deus a ele ainda em Ur dos Caldeus.

1.1.2 O chamado de Abrão e seu caminho a terra prometida

No livro de Gênesis Cap 12 lemos a narrativa em que menciona um chamado de um homem que vivia numa região sul da antiga Mesopotâmia, a Bíblia não menciona sobre a infância e adolescência de Abrão, tendo em vista que o foco central é a história de um homem a partir do seu chamado.

E o Senhor disse a Abrão: Saia da sua terra, do meio dos seus parentes e da casa de seu pai, e vá para a terra que eu lhe mostrarei. Farei de você uma grande nação e o abençoarei; tornarei famoso o seu nome, e você será uma bênção. Abençoarei os que o abençoarem e amaldiçoarei os que o amaldiçoarem; e por meio de você todos os povos da terra serão abençoados (Bíblia, s.d., Gn. 12,1-3.)

Deus convoca Abrão a uma transformação radical e abrangente, exigindo que ele abandone sua terra, seu núcleo familiar e os valores que até então orientavam sua vida. Trata-se de um chamado para romper com o conhecido e avançar em direção ao incerto, a fim de vivenciar experiências que, sob a perspectiva humana, seriam impossíveis. Assim, o chamado divino se apresenta como o único meio pelo qual essa nova realidade poderia ser plenamente

concretizada. Abrão partiu, sem uma compreensão clara da sua missão, do caminho que percorreria, dos desafios que enfrentaria e da terra que iria receber. Não sabemos como foi o percurso de Abrão até chegar na terra, só sabemos qual. Ao chegar na terra, deparou-se com um povo que já habitava aquela região, os Cananeus, entre outros povos semitas. Abrão se estabelece na terra por um período vivendo como forasteiro, até que um período de grande fome assola a região, fazendo com que Abrão procurasse outro lugar para sobreviver. Isso fazia parte do contexto da época, e não diferente, Abrão viveu uma vida nômade na região da terra que Deus lhe prometeu. Passa-se a refletir como Abrão se viu diante daquela situação, ele obedece a uma ordem divina, mas o que deveria ser fartura, é fome. Abrão parte para o Egito e com medo de perder a sua mulher, ele a orienta a mentir sobre sua relação com ele. Sara diz então aos Egípcios que era irmã de Abrão. A punição era certa, e graves doenças assolaram a casa do Faraó, que imediatamente liberou Sara do seu palácio. Então Abrão parte com sua mulher Sara de volta para terra de Canaã e se estabelece na região do Neguebe e depois em Hebrom. Abrão, vivendo inicialmente como um forasteiro naquela região, passa a estabelecer relações diplomáticas e comerciais com os povos locais. A partir dessas interações, negociações são realizadas e determinadas porções de terra são adquiridas, o que lhe permite consolidar certa presença no território. Posteriormente, essas mesmas terras retornariam ao domínio dos israelitas durante o processo de conquista da terra prometida, sob a liderança de Josué, momento em que a promessa divina começa a se concretizar de forma coletiva e nacional.

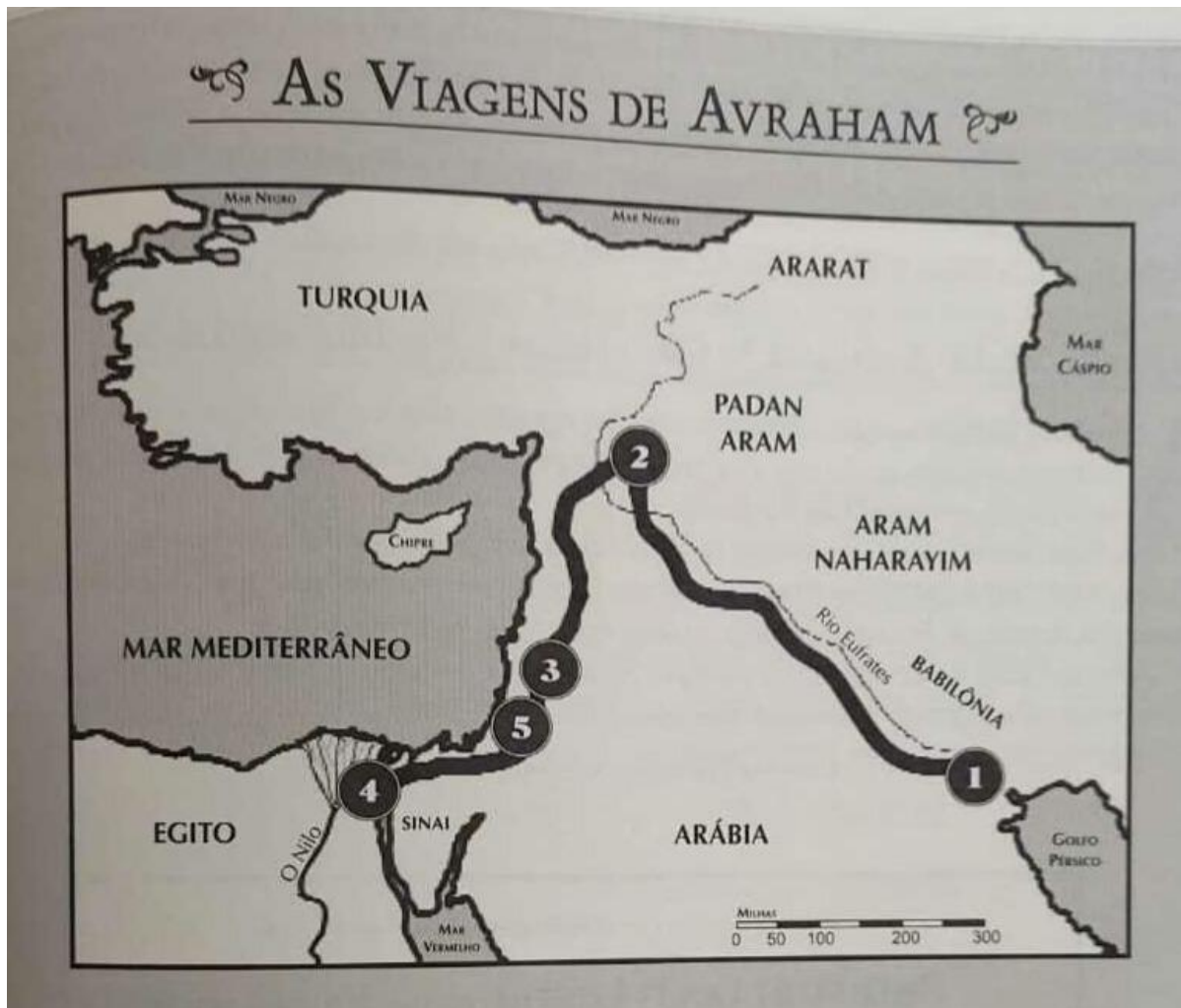


Figura: 1 – As viagens de Avraham

Fonte: COLEÇÃO TORÁ LUXO. *Chumash de Bereshit*. 2. ed. São Paulo: Editora Maayanot, 2015. v. 1.

Abrão recebe de Deus a promessa de uma terra, uma herança e uma grande nação. No entanto, ao refletir sobre sua própria realidade, ele percebe que nada disso faria sentido se não tivesse um filho que pudesse herdar tudo o que possuía e dar continuidade à sua descendência. É nesse contexto que, no capítulo 15 de Gênesis, encontramos a resposta divina ao questionamento de Abrão. Deus o convida a olhar para o céu e contar as estrelas, se fosse capaz, afirmando que assim seria o número de seus descendentes sobre a terra, conforme o texto abaixo:

Ó Soberano Senhor, que me darás, se continuo sem filhos e o herdeiro do que possuo é Eliézer de Damasco? Tú não me deste filho algum! Um servo da minha casa será o meu herdeiro! Então o Senhor deu-lhe a seguinte resposta: Seu herdeiro não será esse. Um filho gerado por você mesmo será o seu herdeiro. Levando-o para fora da tenda, disse-lhe: Olhe para o céu e conte as estrelas, se é que pode contá-las. E prosseguiu: Assim será a sua descendência. (Bíblia, s.d., Gn. 15,2–5).

Essa passagem evidencia o compromisso estabelecido por Deus com Abrão, ao assegurar-lhe não apenas a posse de uma terra, mas também a constituição de uma descendência que a ocuparia. Tal promessa adquire relevância ainda maior quando se considera a condição avançada de idade de Abrão, o que, do ponto de vista humano, tornava improvável tanto a geração de um herdeiro quanto a possibilidade de usufruir plenamente daquilo que lhe fora prometido.

Ao longo desse episódio de questionamento, Deus reafirma Sua promessa a Abrão por meio de um ritual sacrificial, que funciona como sinal visível da aliança estabelecida entre ambos. A narrativa demonstra que a promessa divina não se limita à concessão de uma descendência, mas inclui também a definição geográfica da terra destinada aos futuros herdeiros. Essa delimitação aparece de forma explícita no texto bíblico, conforme a citação a seguir:

Naquele dia o Senhor fez a seguinte aliança com Abrão: Aos seus descendentes dei esta terra, desde o ribeiro do Egito até o grande rio, o Eufrates: a terra dos queneus dos quenezeus dos cadmoneus, dos hititas, dos ferezeus dos refains dos amorreus, dos cananeus, dos girgaseus e dos jebuseus (Bíblia, s.d., Gn. 15,18-21).

Nesse contexto em que Deus promete a Abrão um herdeiro para assegurar a continuidade da descendência e a futura posse da terra, surge um elemento de tensão: Sara, sua esposa, já se encontrava em idade avançada, assim como o próprio Abrão. Diante dessa realidade humana que parecia contrariar a promessa divina, Sara intervém no processo e propõe uma solução alternativa. Ela aconselha Abrão a unir-se a sua serva Hagar, com o intuito de, por meios humanos, alcançar aquilo que Deus havia prometido realizar por Sua própria iniciativa. Então nasce Ismael filho de Abrão com a escrava egípcia de Sara, Hagar.

1.1.3 A alteridade de Hagar e Ismael na experiência do deserto

Hagar ao descobrir que estava grávida passa a tratar a sua senhora com desprezo e decide fugir rumo ao deserto, possivelmente pensando em retornar ao Egito, sem saber o que aconteceria dali para frente, no entanto, o anjo lhe apareceu e fez uma promessa:

Disse-lhe então o Anjo do Senhor: Volte à sua senhora e sujeite-se a ela. Disse mais o anjo: Multiplicarei tanto os seus descendentes que ninguém os poderá contar. Disse-lhe ainda o Anjo do Senhor: Você está grávida e terá um filho, e lhe dará o nome de

Ismael, porque o Senhor a ouviu em seu sofrimento. Ele será como jumento selvagem; sua mão será contra todos, e a mão de todos contra ele, e ele viverá em hostilidade contra todos os seus irmãos. (Bíblia, s.d., Gn. 16,9-12.)

Após o nascimento de Ismael Deus estabelece uma aliança com Abrão e, a partir desse momento, tanto o nome dele quanto a da sua esposa são modificados. A promessa da descendência e da posse da terra é novamente reafirmada, conforme texto bíblico :

De minha parte, esta é a minha aliança com você. Você será o pai de muitas nações. Não será mais chamado Abrão; seu nome será Abraão, porque eu o constituí pai de muitas nações. Eu o tornarei extremamente prolífero; de você farei nações e de você procederão reis. Estabelecerei a minha aliança como aliança eterna entre mim e você e os seus futuros descendentes, para ser o seu Deus e o Deus dos seus descendentes. Toda a terra de Canaã, onde agora você é estrangeiro, darei como propriedade perpétua a você e a seus descendentes; e serei o Deus deles. De sua parte, disse Deus a Abraão, guarde a minha aliança, tanto você como os seus futuros descendentes. (Bíblia, s.d., Gn. 17,4-9.)

Hagar retorna à casa de Abraão e, após o nascimento de Ismael, a dinâmica de tensão familiar reaparece. Entretanto, nessa nova ocasião, é o próprio Ismael quem passa a hostilizar o filho mais novo de Abraão, já nascido conforme a promessa divina apresentada e discutida no capítulo anterior. Tal episódio evidência não apenas o conflito entre os descendentes, mas também a continuidade do tema da eleição e da promessa, que estrutura a narrativa patriarcal.

De acordo com o relato bíblico, Sara observou que o filho de Hagar, a egípcia, zombava de Isaque, o filho da promessa. Diante disso, pediu a Abraão que afastasse Hagar e seu filho, afirmando que o descendente da serva não deveria compartilhar a herança com Isaque. Embora tal pedido tenha causado grande aflição a Abraão, Deus o orientou a atender à solicitação de Sara, assegurando-lhe que a descendência seria reconhecida por meio de Isaque, mas também prometendo fazer do filho da serva uma grande nação, por ser ele descendente de Abraão.

Assim, Abraão levantou-se cedo, preparou provisões e despediu Hagar com o menino. Eles partiram e vagaram pelo deserto de Berseba, onde a água se esgotou. Desesperada, Hagar colocou o menino à sombra de um arbusto e afastou-se, incapaz de assistir à sua morte. Nesse momento, Deus ouviu o clamor do menino e enviou um anjo para confortar Hagar, instruindo-a a levantar o rapaz e conduzi-lo, pois, dele surgiria um grande povo. Deus então abriu os olhos de Hagar, que avistou um poço e deu de beber ao filho. O texto conclui afirmando que Deus

esteve com o rapaz, que cresceu, habitou no deserto e se tornou flecheiro, estabelecendo-se no deserto de Parã, onde sua mãe o casou com uma mulher egípcia. (Bíblia, 2009, Gn. 21,9–21).

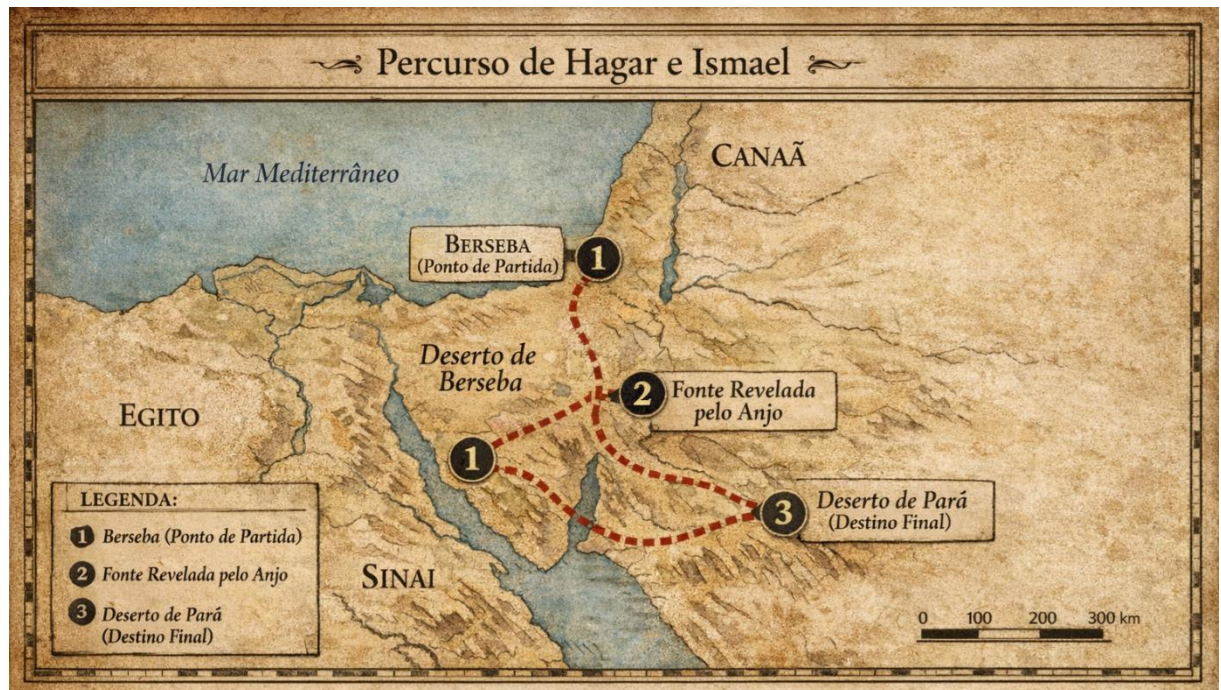


Figura 2: Percurso de Hagar e Ismael

Fonte: SILVA, Elayne. *Percurso de Hagar e Ismael*. 2026. Mapa elaborado pela autora com auxílio de inteligência artificial.

Com base nos mapas apresentados, observa-se que, enquanto os descendentes de Isaque virão a se estabelecer na região de Canaã, os descendentes de Ismael se dispersarão pelo território que corresponde, atualmente, à Península Arábica.”

2. CONVIVÊNCIA INTERÉTNICA: FRONTEIRAS, DOMINAÇÕES E AS RESOLUÇÕES DA ONU

2.1 CONVIVÊNCIA INTERÉTNICA – AS TRÊS FRONTEIRAS

Ao longo de milênios, as fronteiras que delimitavam a convivência entre esses povos restringiam-se, predominantemente, a elementos físicos e naturais – **fronteira física**, como rios, montanhas, vales e colinas. Nesse contexto, árabes, judeus e diversos outros grupos, de origem semita ou não, coexistiam na mesma região. De acordo com Raheb (2025, p. 87), a Palestina não correspondia a uma unidade política, religiosa ou étnica homogênea, mas constituía uma região caracterizada pela diversidade cultural, étnica e religiosa, capaz de integrar múltiplas identidades e diferentes povos em seu território. O autor ressalta que, por aproximadamente 2.500 anos, o termo “Palestina” designou uma terra marcada por práticas sociais inclusivas e por uma convivência multirreligiosa.

A **fronteira cultural** entre esses dois povos apresenta-se pouco definida. Observa-se, em grande medida, o domínio de ambos os idiomas — árabe e hebraico —, resultado de séculos de convivência histórica contínua, transmitida de geração em geração. Ademais, compartilham diversos elementos culturais, como a culinária e determinados aspectos das vestimentas. No âmbito religioso, reconhecem o patriarca Abraão como figura fundadora e adotam o monoteísmo como princípio central de suas crenças. Entretanto, existem divergências teológicas e doutrinárias relevantes entre essas tradições, as quais não serão abordadas no presente trabalho devido a nossa delimitação do tema. **Fronteira Política**, elas frequentemente ignoravam divisões étnicas e culturais existentes, o que levou a conflitos posteriores. Assunto que será explorado com mais detalhes nas páginas seguintes.

2.2 DOMINAÇÃO E IMPÉRIOS NA REGIÃO

Contudo, em decorrência de sucessivos domínios exercidos por grandes impérios ao longo da história, esses povos foram progressivamente subjugados, dominados política e territorialmente e, em muitos casos, submetidos a processos de assimilação cultural impostos pelas potências hegemônicas.

Os israelitas que se estabeleceram na região da Palestina, após a conquista e a subsequente divisão das terras entre as tribos, figuraram entre os grupos que mais sofreram sob o domínio dos grandes impérios da Antiguidade. Por serem monoteístas, eles se recusavam a adorar outras divindades, prática frequentemente imposta pelos impérios dominantes. A recusa

em cumprir tais exigências levou-os a serem considerados inimigos do poder imperial. Em decorrência desse fator, entre outros elementos políticos e sociais, ocorreu a primeira grande dispersão do povo israelita. Esse processo se intensifica quando parte significativa da população é deportada para a Babilônia após a destruição do Primeiro Templo. Cerca de setenta anos mais tarde, inicia-se um retorno gradual, concentrado majoritariamente na região da Judeia, onde o templo é reconstruído. Contudo, em períodos posteriores, o Império Romano passa a exercer domínio sobre o território, submetendo os povos locais ao seu controle e, eventualmente, destruindo novamente o templo.

De modo particular, os judeus provenientes da antiga região da Judeia foram expulsos de seu território histórico e dispersos por diversas áreas da Europa, da Ásia e de outras regiões do Oriente Médio. Privados da liberdade de praticar plenamente seus cultos e tradições, e frequentemente submetidos a processos de assimilação forçada, esses grupos passaram a ser identificados historicamente como judeus da diáspora. Entre os sucessivos períodos de ascensão e declínio dos grandes impérios, por volta de 638 d.C., ocorreu a expansão do Islã por meio da conquista árabe de grande parte do Oriente Médio, incluindo a região da Palestina. Esse processo resultou no aumento significativo da presença árabe no território. Séculos depois o Império Otomano conquista a região e estabelece seu poder e implanta suas políticas de dominação através de cobrança de impostos cada vez mais altas o que aumentava também as revoltas urbanas contra o regime.

O modo de vida das populações nativas passou a sofrer transformações cada vez mais profundas, especialmente em função da legislação implementada pelo Império Otomano, conforme exposto a seguir.

Após 1840, as reformas promulgadas pelo sultão surtiram efeito gradualmente na Palestina. O aumento da segurança no campo e no território otomano contribuiu para esse cenário. A Lei de Terras de 1858 incentivou o desenvolvimento da propriedade privada, a produção agrícola para o mercado mundial, o declínio da organização social tribal, o crescimento populacional e o enriquecimento das famílias notáveis. À medida que os otomanos estendiam os novos sistemas militar, municipal, judicial e educacional do governo central à Palestina, o país também testemunhou um aumento acentuado nos assentamentos estrangeiros e colônias — francesas, russas e alemãs. De longe, as mais importantes, apesar de sua insignificância numérica inicial, foram os assentamentos agrícolas judaicos, que renunciaram o que viria a acontecer mais tarde. (Britannica, 2024, s/p).

Um movimento político e ideológico passou a se consolidar no Egito, orientado pela proposta de unificação linguística e cultural, com o objetivo de formar uma ampla nação árabe capaz de fortalecer sua autonomia diante das potências imperialistas. Simultaneamente, na Europa, os judeus da Diáspora enfrentavam um crescimento expressivo das perseguições, o que

intensificou o anseio coletivo de retorno à terra ancestral da qual haviam sido expulsos há mais de 1.800 anos. Nesse período os judeus que permaneceram eram minoria na região. Segundo a *Encyclopaedia Britannica*, “a população da Palestina, predominantemente agrícola, era de cerca de 690.000 habitantes em 1914 (535.000 muçulmanos; 70.000 cristãos, a maioria árabes; e 85.000 judeus)” (Britannica, 2024, s/p).

Durante a Primeira Guerra Mundial, o Império Otomano foi derrotado pelas potências aliadas europeias, com o apoio de grupos árabes que haviam recebido a promessa de autodeterminação caso os otomanos fossem vencidos. Além disso, os Britânicos prometem parte da terra da Palestina para o estabelecimento de um lar para os Judeus através da declaração Balfour de 1917. Com a derrota, os territórios anteriormente sob domínio otomano passaram à administração das potências aliadas, sendo a Palestina atribuída ao controle britânico que assim permaneceu de 1920 até 1948. Paralelamente ao movimento que se desenvolvia na Palestina, outro fator impactava profundamente os judeus da diáspora espalhados pela Europa: a intensificação da perseguição. Um dos episódios mais emblemáticos desse contexto ocorreu na França e ficou conhecido como “Caso Dreyfus”. O episódio teve início em 1894, quando o capitão do exército francês Alfred Dreyfus, de origem judaica, foi injustamente acusado e condenado por traição, desencadeando uma crise política e social de grandes proporções. Com o tempo, comprovou-se que as acusações contra o capitão eram infundadas, e somente em 1906 ele foi oficialmente reabilitado e reintegrado ao exército, chegando a servir na Primeira Guerra Mundial antes de falecer em 1935. Mesmo após sua morte, o caso continua sendo revisitado como um exemplo emblemático de injustiça promovida pelo Estado. Nesse contexto surge a figura de um jornalista judeu austro-húngaro, enviado para a França com a missão de cobrir o Caso Dreyfus. A experiência direta com o antissemitismo revelado pelo episódio tornou-se decisiva para que ele concluísse que os judeus necessitavam de um território próprio e seguro onde pudessem viver. Como ele mesmo discute em sua obra *A Questão Judaica*, esse caso não foi o único fator, mas certamente um dos mais impactantes na formulação dessa percepção.

Ninguém pode negar a gravidade da situação dos judeus. Onde quer que vivam em números perceptíveis, são mais ou menos perseguidos. A igualdade perante a lei, concedida por estatuto, tornou-se praticamente letra morta. São impedidos de preencher cargos até mesmo moderadamente elevados, seja no exército, ou em qualquer capacidade pública ou privada. E tentativas são feitas para expulsá-los também dos negócios: — Não comprem de judeus! Ataques nos Parlamentos, em assembleias, na imprensa, no púlpito, na rua, em viagens — por exemplo, sua exclusão de certos hotéis — e até em locais de recreação, tornam-se diariamente mais numerosos. As formas de perseguição variam de acordo com os países e círculos sociais em que ocorrem. Na Rússia, impostos são cobrados sobre aldeias judaicas; na Romênia, algumas pessoas são condenadas à morte; na Alemanha, levam uma boa surra ocasionalmente; na Áustria, os antissemitas exercem terrorismo sobre toda a vida pública; na Argélia, há agitadores itinerantes; em Paris, os judeus são barrados

dos chamados melhores círculos sociais e excluídos de clubes. As nuances do sentimento antijudaico são inumeráveis. Mas esta não deve ser uma tentativa de compor uma categoria lamentosa de infortúnios judaicos. (Herzl, 1896, p. 20–21)

Diante desse cenário, muitos judeus passaram a imigrar para a Palestina décadas antes da Declaração Balfour. Esse movimento migratório, porém, provocou crescente tensão entre os recém-chegados e a população árabe já estabelecida na região, dando início aos primeiros conflitos entre esses grupos. De acordo com Adi Schwartz e Einat Wilf (2012), durante o período do Mandato Britânico — concedido à Grã-Bretanha em 1920 pela recém-criada Liga das Nações com o propósito de administrar a Palestina e viabilizar o estabelecimento de um lar nacional para o povo judeu — a liderança árabe manteve oposição constante a esse objetivo, considerando toda a terra como exclusivamente árabe e rejeitando qualquer forma de concessão. Os autores explicam que a violência entre judeus e árabes, crescente cada vez mais nos primeiros anos da administração britânica, acabou por desgastar profundamente o governo do Reino Unido, que, após a Segunda Guerra Mundial, decidiu encaminhar a questão palestina para apreciação das Nações Unidas.



Figura 3: Osvaldo Aranha na ONU partilha da Palestina

Fonte: Arquivo Nacional do Brasil / Reprodução.

2.3 RESOLUÇÕES DA ONU – O ANTAGONISMO ENTRE OS DOIS POVOS

Em 29 de novembro de 1947, dois anos após a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), a Assembleia Geral aprovou a Resolução 181, que propunha o plano de partilha da Palestina. O projeto previa a criação de dois Estados independentes — um judeu e um árabe — enquanto Jerusalém permaneceria sob administração internacional. (Britannica, 2026, s/p).

Em 14 de maio de 1948, um dia após o término do Mandato Britânico, os líderes judeus proclamaram a independência e a criação do Estado de Israel. No entanto, esse não foi o único acontecimento decisivo daquele momento: apenas um dia depois da declaração, cinco países árabes vizinhos anunciaram que entrariam em guerra contra o recém-criado Estado, inaugurando o primeiro conflito árabe-israelense, que desencadeou de ambos os lados terríveis e imensuráveis sofrimentos que perduram até os dias de hoje. Schwartz e Wilf (2021) afirmam que a Guerra de Independência de Israel deu origem a dois grandes grupos de refugiados. De um lado, centenas de milhares de judeus que viviam em países árabes deixaram — ou foram expulsos de suas comunidades durante o conflito, sendo rapidamente acolhidos por Israel ou por outras nações, onde reconstruíram suas vidas como cidadãos. De outro, centenas de milhares de palestinos também abandonaram — ou foram obrigados a abandonar — as áreas que se tornariam o Estado de Israel, permanecendo, mesmo após sete décadas e ao longo de gerações, na condição de refugiados deslocados.

2.3.1 Criação da UNRWA

A UNRWA (Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina), foi criada especificamente para atender os refugiados resultantes da guerra árabe-israelense. estabelecida em 1949 com o objetivo de oferecer apoio humanitário, serviços básicos e proteção às populações deslocadas.

Segundo a UNRWA, os refugiados palestinos são aqueles que residiam habitualmente na Palestina entre 1º de junho de 1946 e 15 de maio de 1948 e que perderam suas casas e meios de subsistência em decorrência do conflito de 1948 (Unrwra, 2026).

Atualmente a UNRWA está em atuação em 5 regiões: Gaza, Cisjordânia, Líbano, Síria e Jordânia.

Um ponto destacado por Schwartz e Wilf refere-se ao papel desempenhado pela UNRWA. Criada inicialmente como uma instituição temporária destinada à assistência humanitária e à execução de programas emergenciais de apoio aos refugiados palestinos, a

agência teria, segundo os autores, ultrapassado sua finalidade original, tornando-se um dos principais entraves à consolidação da paz e um mecanismo de perpetuação do conflito.

Segundo Schwartz e Wilf, a UNRWA formulou uma definição operacional específica para “refugiados palestinos registrados”, distinta do conceito jurídico convencional de refugiado então vigente e ainda reconhecido no direito internacional. De acordo com os autores, a definição adotada pela agência — reformulada diversas vezes em seus primeiros anos — estabelecia que o simples fato de um indivíduo árabe ter residido na Palestina por pelo menos dois anos antes do início da guerra já seria suficiente para enquadrá-lo nessa condição. Embora os autores reconheçam não haver, à época, intenção deliberada de prolongar o conflito, argumentam que tal definição acabou servindo de fundamento para a ampliação progressiva do status de refugiado aos descendentes daqueles originalmente deslocados. Para Schwartz e Wilf, esse processo fortaleceu a reivindicação do chamado “direito de retorno”, entendido como a possibilidade de retorno não apenas dos diretamente afetados pela guerra de 1948, mas também de seus descendentes, inclusive ao território que atualmente constitui o Estado de Israel, configurando-se, assim, como um dos principais obstáculos para a formulação de um acordo de paz duradouro (Schwartz; Wilf, 2021, p. 33).

Diante disso, impõe-se a seguinte questão: se parte dos palestinos efetivamente residia na região antes da guerra e, em princípio, poderia reivindicar o retorno às suas casas após o conflito, quais razões levaram Israel a impedir esse retorno?

Segundo Schwartz e Wilf, a decisão israelense fundamentou-se sobretudo em uma percepção de ameaça à segurança nacional. De acordo com os autores, Israel optou por impedir o retorno dos refugiados palestinos por considerar que muitos deles haviam participado diretamente da guerra contra o recém-estabelecido Estado e, sobretudo, porque ainda não reconheciam sua legitimidade política. Nessa perspectiva, enquanto o mundo árabe e os próprios refugiados permanecessem hostis à existência de Israel, permitir seu reingresso significaria expor o jovem país a riscos políticos e estratégicos que seus líderes consideravam incompatíveis com sua sobrevivência institucional (Schwartz; Wilf, 2021, p. 46).

Desde então, os conflitos e tensões na região têm se prolongado até os dias atuais, apesar das diversas iniciativas de mediação promovidas por atores internacionais com o objetivo de estabelecer um acordo entre árabes e judeus acerca da divisão territorial e, consequentemente, de formas de coexistência pacífica. Ao longo desse período, sucessivos governos de Israel, dos países árabes vizinhos e, posteriormente, da Autoridade Nacional Palestina (ANP) — criada em 1994 no contexto do processo de paz resultante dos Acordos de Oslo — participaram de negociações que, embora tenham produzido avanços pontuais, não se mostraram suficientes

para a resolução definitiva do conflito. Assim, os acordos firmados foram, em grande parte, interrompidos, revistos ou descumpridos, mantendo a instabilidade política e a ausência de uma solução duradoura para a região.

Kenneth Bilby avalia que, após a guerra de 1948, a possibilidade de uma negociação de paz entre Israel e seus países vizinhos mostrava-se praticamente inviável. Segundo sua análise, predominava entre as nações árabes um sentimento de humilhação e desejo de revanche, o que dificultava qualquer perspectiva de coexistência pacífica. Nessa compreensão, Israel era percebido como um elemento estranho ao mundo árabe, cuja permanência deveria ser combatida e eliminada (Bilby apud Schwartz; Wilf, 2021, p. 44).

A percepção de perda territorial e deslocamento identitário aparece de forma expressiva no relato de uma conversa entre Bilby e jovens refugiados palestinos, na qual se evidencia a transmissão intergeracional da memória da expropriação:

Se você me perguntar o que farei se não puder voltar para casa, responderei: Vou levar minha mulher e meus filhos para as colinas em torno de Tulkarm, com vista para a planície costeira que os judeus tomaram. Dia após dia levarei meus filhos para o topo da colina e direi: 'Isso era seu. Isso foi roubado de você. Você foi roubado, enganado e traído. Nunca esqueça disso!'" (Bilby apud Schwartz; Wilf, 2021, p. 45).

Tal percepção revela uma compreensão territorial marcada pela negação da alteridade, na qual a presença do outro é interpretada não como possibilidade de coexistência, mas como ameaça à identidade e à legitimidade do pertencimento à terra.

Enquanto isso, ainda hoje, grande parte da população enfrenta uma crise sem precedentes, sobretudo nas regiões onde se concentra a maior presença de árabes palestinos, como a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Observam-se situações de deslocamentos internos, expulsões e diversas formas de violência, incluindo ataques contra civis — tanto palestinos quanto israelenses — frequentemente justificados por diferentes grupos como formas de resistência ou defesa. No entanto, quando estudamos o contexto com profundidade e conhecemos a realidade local — conforme observado durante um período de vivência na região — torna-se evidente que muitos desejam paz e coexistência com seus vizinhos. Infelizmente, múltiplas barreiras políticas, históricas e sociais têm impedido que esse desejo se concretize.

Essas barreiras precisam ser urgentemente superadas. Para isso, é fundamental que todos os agentes envolvidos, direta ou indiretamente, no conflito busquem soluções que privilegiem o diálogo, o reconhecimento mútuo e o compromisso com mecanismos duradouros de mediação.

As medidas adotadas até o momento têm se mostrado insuficientes para interromper o ciclo de violência e desconfiança que marca a região.



Figura 4 – Estrutura queimada e famílias entre os escombros em Gaza

Fonte: UNRWA/Mohammad Hinnawi (2025). Disponível em: ONU News. Acesso em: 20 maio 2026.

3. POSSIBILIDADES DE COEXISTÊNCIA ALÉM MUROS E FRONTEIRAS

3.1 DESCONSTRUINDO OS MUROS DE SEPARAÇÃO

Este capítulo inicia-se com uma citação do livro “Cartas ao Meu Vizinho Palestino”:

Caro vizinho, Eu chamo você de “vizinho” porque não sei o seu nome nem qualquer coisa pessoal sobre você. Dadas as circunstâncias “vizinho” pode ser uma palavra casual demais para descrever nossa relação. Somos intrusos nos sonhos um do outro. Estamos vivendo encarnações dos piores pesadelos históricos ou do outro? Vizinhos? Mas não sei como me dirigir a você de outra forma. Eu antigamente acreditava que realmente nos encontraríamos, e escrevo a você na esperança de que ainda possamos nos encontrar. Imagino você e sua casa em algum lugar na colina ao lado, logo além da minha varanda. Não nos conhecemos, mas nossas vidas estão entrelaçadas. Daí portanto, vizinho.(Halevi, 2018, p. 11–12).

O trecho de Halevi revela um sentimento de invasão mútua entre ele e seu “vizinho”: uma invasão de memórias, identidades, sonhos e esperanças que se perderam ao longo do tempo dentro de um mesmo espaço geográfico — uma terra marcada por fronteiras, muros e disputas, a Palestina. Como discutido no capítulo 1 desta pesquisa, duas linhagens históricas se formaram nessa região, das quais emergiram povos e tribos que, ao longo dos séculos, se dispersaram por motivos diversos, seja pela necessidade de sobrevivência diante de perseguições, seja por dominações e expulsões forçadas. No entanto, a relação desses grupos com a terra não pode ser reduzida a critérios como prioridade de chegada, superioridade numérica ou delimitações territoriais traçadas arbitrariamente por potências coloniais — fronteiras que, muitas vezes, foram apagadas e redesenhadas conforme interesses externos, sem considerar os anseios daqueles que realmente habitavam e reivindicavam esse território: Árabes e Judeus da Palestina. Além disso, é preciso considerar aqueles que, em nenhuma parte do mundo, conseguiram encontrar segurança para si e para suas famílias. Esse fato torna-se ainda mais evidente — não apenas por essa razão específica, mas como mais um elemento determinante — quando se observa o Holocausto perpetrado contra os judeus na Alemanha Nazista. Diante desse cenário extremo de perseguição, apagamento e aniquilação, muitos passaram a acreditar que o único lugar onde poderiam viver sem ocultar sua identidade — a identidade judaica — seria a terra de seus antepassados, da qual nunca desejaram sair voluntariamente.

Somado a isso, havia um sentimento intrínseco de retorno, profundamente enraizado na tradição judaica, expresso anualmente na frase pronunciada ao final das rezas de *Pessach*: “*Bashaná habá'á biYerushalayim*”! — “No próximo ano, em Jerusalém”.

No entanto, o que significava esse “retorno” para aqueles que jamais haviam deixado a região? Para os árabes da Palestina, que observavam o número de judeus aumentar continuamente com a chegada de imigrantes de diversas partes do mundo, era evidente que sentimentos de invasão e ameaça se intensificavam — percepções compreensíveis diante das transformações rápidas e profundas que ocorriam em seu território.

Diante desse cenário, marcado por narrativas históricas distintas, memórias conflitantes e reivindicações legítimas de ambos os lados, impõe-se a seguinte questão: quais caminhos podem contribuir para a coexistência em uma realidade já consolidada, e que não pode ser revertida? Algumas medidas podem — e devem — ser implementadas, uma vez que o passado é imutável, mas suas consequências podem ser reelaboradas. Ainda que determinados efeitos se prolonguem por gerações, torna-se imprescindível iniciar esse processo no presente. A menção as gerações decorrem do fato de serem elas continuamente expostas, a discursos marcados por ódio, vergonha, perda e dominação. Tais sentimentos não são totalmente desprovidos de fundamento, mas derivam, em grande parte, de narrativas históricas fragmentadas, deslocadas da sua realidade e construídas a partir de verdades parciais.

3.2 CONSTRUINDO CAMINHOS DE RECONCILIAÇÃO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

A presente seção fundamenta-se na metodologia de pesquisa bibliográfica, recorrendo à análise de obras históricas, teológicas e geopolíticas, bem como de fontes narrativas que permitem compreender as experiências e percepções dos sujeitos diretamente envolvidos no conflito israelo-palestino. Entre essas fontes, destaca-se a obra *Cartas ao Meu Vizinho Palestino*, de Yossi Klein Halevi, escolhida por apresentar um diálogo entre um autor israelense e diferentes interlocutores palestinos acerca de suas memórias, identidades e compreensões sobre o conflito. A utilização dessa obra justifica-se por sua relevância para os objetivos desta pesquisa, uma vez que evidencia, por meio de relatos pessoais, como narrativas históricas, experiências de vida e processos educativos influenciam a construção de identidades, o reconhecimento da alteridade e as possibilidades de coexistência. Ressalta-se que as cartas não são utilizadas como representação da totalidade das perspectivas existentes, mas como uma

fonte qualitativa capaz de ilustrar os desafios e as possibilidades de reconciliação discutidos neste capítulo.

A apresentação integral da história — sem ocultação de perspectivas, sem hierarquização de sofrimentos e sem deslegitimar o sentimento de pertencimento de qualquer grupo — deve constituir um eixo central tanto no ambiente escolar quanto na transmissão familiar. Somente por meio de uma educação histórica completa e crítica é possível romper ciclos de ressentimento e reconstruir vínculos sociais, derrubando os muros de separação física e relacional entre eles.

Observa-se, ainda, que tais sentimentos não emergem espontaneamente da população, mas são frequentemente fomentados por lideranças políticas que se beneficiam da instabilidade para manter sua posição de poder. Soma-se a isso a atuação de grupos extremistas que instrumentalizam a religião como justificativa para hostilizar aqueles que consideram inimigos, baseando-se em interpretações particulares e frequentemente distorcidas de seus próprios referenciais simbólicos.

Um exemplo emblemático de como narrativas históricas incompletas produzem consequências duradouras e erguem barreiras entre povos pode ser observado no diálogo entre palestinos e israelenses. A seguir, apresenta-se um trecho das cartas trocadas entre representantes desses grupos, no qual se evidencia como versões parciais da história moldam percepções, alimentam ressentimentos e dificultam a construção de entendimentos mútuos:

Prezado Yossi,

Que bom que você está me chamando de vizinho, porque de fato somos vizinhos, embora eu tenha demorado a percebê-lo.

Cresci sem ver você como meu vizinho. Em vez disso, cresci em Gaza vendo você como um criminoso, como alguém que veio roubar nossa terra e nos matar. Isso é o que aprendi da nossa história. Isso é o que me ensinaram. E por que não acreditar? Nasci em 1994 e então tinha apenas sete anos de idade quando começou a segunda Intifada. Recordo-me que estava na escola da UNRWA (United Nations Relief and Works Agency for Palestine), na qual todos os dias me lembravam que você expulsou minha família da terra.

Vivendo em Gaza eu não tivera nenhuma interação humana com israelenses. A única voz israelense que reconhecia era dos jatos israelenses sobrevoando nossas cabeças. Gostaria de lhe contar como os palestinos entendem isso a luz da nossa história: aprendemos que, antes de 1948 e do estabelecimento do estado de Israel, nossa “Nakba”, ou catástrofe, toda a terra da Palestina era nossa e todos falavam árabe. Então, de repente, os palestinos foram chamados a aprovar a doação de uma grande parte da terra a estrangeiros. Você pode me dizer por que deveríamos ter aprovado

uma coisa dessas? É claro que você e eu vemos a situação completamente diferente em termos de como examinamos esse conflito. O muro entre nós não permite que quem está de cada um dos lados veja a humanidade do outro. Em vez disso, faz com que ambos se sintam que o outro lado é seu inimigo, a quem ele deveria temer.

Nas minhas aulas de História na escola, nunca ouvi que os judeus haviam estado aqui ou que tivessem qualquer ligação com esta terra. O que eu sempre ouvia era a expressão: *allaykal almaz'aom*”, que significa o templo reivindicado, com referência ao templo que os judeus alegam ter tido em Jerusalém. Não foi senão quando, como cristão, passei a ler a Bíblia com seriedade, reconheci que os judeus estavam aqui, e que tinham o templo. Na verdade, fiquei com raiva por nosso sistema educacional ter mentido. Por que nós, como palestinos, temos que remover uma parte da história, a fim de refutar o vínculo dos judeus com esta terra? (Halevi, 2022, p. 187–188).

Diante do trecho apresentado, torna-se evidente que um dos caminhos mais consistentes para a construção da coexistência é a educação — uma educação que não se apoie em vieses ideológicos, mas na exposição rigorosa de fatos históricos capazes de promover reflexão crítica.

Outro depoimento relevante para esta análise é o de um jornalista árabe-israelense cuja trajetória pessoal foi profundamente transformada pelo acesso à educação. Apesar da forte resistência de sua família, do afastamento de amigos e até de ameaças de morte recebidas por ingressar em uma universidade israelense para aprender hebraico, ele persistiu em sua formação acadêmica. Essa escolha, frequentemente vista como transgressora dentro de seu contexto social, permitiu-lhe construir uma carreira consolidada no jornalismo, tornando-se atualmente uma figura reconhecida no Oriente Médio — a seguir, apresenta-se um trecho de sua entrevista, no qual ele explicita a motivação que o levou a seguir adiante.

O jornalista árabe-israelense Suleiman Maswadeh, destacado pela revista *Forbes* em 2024, relata que sua motivação profissional surgiu da percepção de que, na mídia israelense, repórteres árabes eram sistematicamente direcionados apenas à cobertura de temas relacionados ao mundo árabe ou palestino. Ele afirma que essa limitação o frustrava profundamente, pois reforçava estereótipos e restringia as possibilidades de atuação de profissionais árabes em outras áreas do jornalismo. Em suas palavras, um conselho que recebeu no início da carreira permanece como referência: *“Você precisa ser um jornalista que por acaso é árabe, não um árabe que por acaso é jornalista”*. (Forbes Israel, 2024, s/p)

Maswadeh explica ainda que sua permanência na profissão não está relacionada a incentivos financeiros, mas ao impacto simbólico de sua presença na mídia nacional. Para ele, o mais significativo é saber que crianças e jovens — independentemente de origem, religião ou local de nascimento — podem vê-lo na televisão entrevistando autoridades e cobrindo temas centrais do país e, assim, perceber que *“é possível fazer as coisas de forma diferente”*. Sua

trajetória, portanto, representa uma alternativa concreta aos caminhos limitados que muitas crianças palestinas acabam seguindo em razão da falta de oportunidades, do acesso desigual à educação e das tensões históricas do conflito.

É por meio desse processo reflexivo que se torna possível compreender que o passado não pode ser corrigido, mas que o futuro pode ser transformado, desde que ressentimentos, disputas identitárias e desejos de vingança sejam superados. Não se trata de definir um lado certo ou errado, mas de reconhecer que existem dois povos legítimos, ambos buscando segurança e pertencimento no território que consideram seu, seja por escolha, ancestralidade ou identidade cultural. Esse espaço de existência precisa ser reconhecido e respeitado mutuamente, pois somente assim se abre a possibilidade de um convívio sustentado na dignidade e na legitimidade recíproca.

No texto abaixo, a resposta elaborada por um tradutor árabe anônimo à carta de Yossi Klein Halevi explicita as tensões e ambiguidades que atravessam a busca por uma convivência possível entre os dois povos:

Qual lado precisa dar o passo inicial em direção ao outro? A ocupação deve terminar primeiro ou devemos normalizar as relações entre os dois povos? Você apoia a solução de dois Estados, mas emocionalmente considera isso injusto para com as reivindicações judaicas a toda a terra; você pode entender como, aos meus olhos, isso também é injusto, tanto no nível emocional quanto no prático? E, portanto: devemos ser pragmáticos ou emocionais na busca de um fim para esse conflito? O que nos causará menos dor e sofrimento? Já que não há maneira de medir e comparar a dor – qual dor deve ser contabilizada na determinação do nível de justiça ou de injustiça da solução? Essas perguntas me causaram uma turbulência interna sem fim. Apesar de toda a minha ambivalência, tenho orgulho de fazer parte dessa iniciativa positiva que espero venha a dar frutos (Halevi, 2021, p. 192).

Ao refletir sobre esse trecho, percebe-se a ambiguidade que atravessa as palavras do interlocutor, revelando a tensão entre memória, pertencimento e desejo de reconciliação. Tal impasse somente pode ser superado quando o reconhecimento da dor do outro se torna tão relevante quanto o reconhecimento da própria dor, sem que isso implique seu apagamento. Trata-se, antes, da renúncia à lógica comparativa que mede quem sofreu mais ou quem possui maior legitimidade histórica, para dar lugar a uma compreensão relacional fundada na igualdade humana, na qual identidade, pertencimento e memória deixam de operar como instrumentos de hierarquização e passam a constituir caminhos possíveis para o reconhecimento mútuo e para a coexistência, colocando fim ao chamado “ciclo de negação” como coloca Halevi no texto abaixo:

O seu lado nega legitimidade do meu povo, meu direito à autodeterminação, e o meu lado impede que o seu povo alcance a soberania nacional. O ciclo de negação

define nossa existência compartilhada, uma intimidade impossível de violência, repressão, raiva, desespero. Esse é um ciclo que podemos romper apenas juntos. (Halevi, 2018, p. 104)

Um ponto de significativo impacto identificado por Halevi, a partir de sua convivência e diálogo com os vizinhos palestinos, refere-se à recorrente disputa acerca da legitimidade da posse da terra. Essa tensão é sintetizada em sua própria reflexão: “Por que estamos discutindo sobre quem é o dono da terra, quando no final a terra será proprietária de nós dois?” (Halevi, 2018, p. 16). Tal afirmação desloca o debate da reivindicação territorial para a consciência da finitude humana e para a necessidade de repensar as relações entre os povos para além das fronteiras e dos discursos de posse.

Ainda refletindo sobre os caminhos possíveis para a coexistência, agora sob uma perspectiva bíblica, analisaremos o trecho a seguir, que oferece uma orientação ética profundamente relevante para a superação de inimizades históricas. Como afirma Yousef (2010, p. 142), ao citar o ensinamento de Jesus: “Vocês ouviram o que foi dito: Ame o seu próximo e odeie seu inimigo. Mas eu lhes digo: Amem os seus inimigos e orem por aqueles que os perseguem, para que vocês venham a ser filhos de seu Pai que está nos céus” (Mateus 5,43-45).

Yusef relata que ficou atordoado por aquelas palavras, pois nunca havia ouvido nada do gênero, mas entendeu que aquela era a mensagem que estava procurando por toda a sua vida.

Havia tempos que eu estava lutando para saber quem eram meus inimigos. O Hamas, meu tio Hibrahim, o rapaz que me batera com a coronha do seu fuzil e o guarda que parecia um animal no centro de detenção também não eram meus inimigos. Eu me dei conta que os inimigos não são definidos por nacionalidade, religião ou cor de pele. Entendi que todos nós temos inimigos em comum: a cobiça, o orgulho e todos os pensamentos ruins e a escuridão do demônio que vive dentro de nós. Isso significava que eu podia amar qualquer pessoa. O único inimigo de verdade era o que eu carregava dentro de mim. (Yousef, 2010, p. 142).

Este relato deixa evidente que uma das formas mais sólidas e permanentes de uma solução para este conflito é sem dúvida o que conhecemos como “amar o próximo como a nós mesmos” e perdoar aqueles a quem nos fizeram sentir ofendidos, essas narrativas bíblicas trazem a luz a única esperança efetiva que pode colocar fim a este conflito.

3.3 O EVANGELHO DE JESUS COMO CAMINHO DE COEXISTÊNCIA

Com base nesses depoimentos, percebe-se com nitidez o poder do Evangelho como caminho para a coexistência entre todos os povos. O maior exemplo de pacificação, amor e

cuidado para com o próximo é o próprio Jesus Cristo, cujas atitudes ecoam por todo o Novo Testamento. A proposta cristã de paz e convivência caminha, muitas vezes, na contramão das lógicas do mundo contemporâneo.

Um exemplo emblemático encontra-se em João 4, quando Jesus, ao deixar a Judeia rumo à Galileia, precisava passar por Samaria (João 4,3–4, NVI) — região que corresponde, atualmente, à cidade de Nablus, na Cisjordânia. Os samaritanos eram considerados impuros pelos judeus, pois, segundo a Lei de Moisés, não deveria haver mistura entre o povo escolhido e outros povos. Entretanto, após a invasão assíria, houve miscigenação, o que intensificou tensões e divergências entre samaritanos e judeus.

Cristo, porém, não veio abolir a Lei, mas cumpri-la plenamente por meio do amor. Ao dialogar com a mulher samaritana, Ele demonstra que nenhuma barreira social, cultural ou religiosa é capaz de resistir ao encontro verdadeiro, à escuta e ao acolhimento. Esse episódio nos conduz a refletir sobre como visões distintas, crenças diversas e traumas históricos podem erguer muros entre grupos. Ainda assim, o Evangelho revela que tais paradigmas podem ser superados: acima de qualquer diferença, dor ou condição social, a escuta, o perdão e a convivência podem ocupar o lugar antes tomado pela separação.

Outro exemplo particularmente significativo de ruptura de paradigmas presente nos evangelhos encontra-se no relato do Evangelho de Marcos, no qual o autor descreve:

Durante uma refeição na casa de Levi, muitos publicanos e pecadores estavam comendo com Jesus e seus discípulos, pois havia muitos que o seguiam. Quando os mestres da lei, que eram fariseus, o viram comendo com pecadores e publicanos, perguntaram aos discípulos de Jesus por que ele comia com publicanos e pecadores. Ouvindo isso, Jesus lhes disse que não são os que têm saúde que precisam de médico, mas sim os doentes, e afirmou que não veio para chamar justos, mas pecadores (Bíblia, s.d., Mc 2,15–17).

A partir do trecho apresentado por Marcos, observa-se que os fariseus demonstram uma compreensão rígida e excludente acerca daqueles que classificavam como pecadores, tratando-os como pessoas indignas de partilhar o mesmo espaço social. A citação evidencia essa postura ao mostrar que, para eles, tais indivíduos deveriam ser mantidos à margem. Jesus, porém, conforme o próprio texto revela, rompe com essa lógica: Ele não os reduz à condição de pecadores, mas os reconhece como pessoas que necessitam de acolhimento, escuta e aceitação. Sua atitude demonstra que ninguém é inferior por carregar uma história de vida que não se ajusta aos padrões sociais vigentes. Pelo contrário, o relato de Marcos mostra que, quando acolhidas, essas pessoas podem compreender que nada do que trazem — dores,

estigmas ou experiências que as afastaram dos demais — é maior do que o olhar humano e amoroso que lhes é oferecido. Assim, a narrativa aponta para um caminho de aproximação, convivência e cuidado mútuo, no qual todos podem ser reconhecidos igualmente, apesar das marcas que a vida lhes impôs. Além disso, o episódio evidencia a distância entre a lógica da exclusão e a dinâmica da graça. A graça manifestada por Cristo não se limita à etnia, ao grupo religioso ou a qualquer identidade social específica; ela não é privilégio de poucos, mas oferta que se estende a todos. À luz dessa dinâmica apresentada por Marcos — na qual Jesus rompe com a lógica da exclusão e manifesta a universalidade da graça — torna-se possível perceber a pertinência dessa mensagem para os conflitos contemporâneos. Em um cenário global marcado pela intensificação de tensões culturais, religiosas e geopolíticas, observa-se a recorrente tentativa de afirmação de identidades e poderes que, muitas vezes, se sobrepõem aos princípios fundamentais que deveriam orientar a convivência humana. Nesse contexto, torna-se imprescindível reafirmar valores como amor ao próximo, respeito, acolhimento e escuta sensível, os quais constituem bases éticas indispensáveis para a construção de relações sociais mais justas e solidárias.

Assim, compreende-se que todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças, encontram-se sob a ação da mesma graça — a graça salvífica concedida por Deus por meio de Seu Filho, Jesus Cristo, que se apresenta como fundamento último de reconciliação, dignidade e esperança para a humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pela coexistência para além de muros e fronteiras tem como objetivo central promover uma reflexão crítica e abrangente acerca do conflito entre árabes palestinos e israelenses. No contexto contemporâneo, marcado pela circulação acelerada de informações frequentemente desprovidas de contextualização histórica, política e cultural, observa-se a difusão de narrativas enviesadas que reforçam antagonismos, alimentam percepções distorcidas e intensificam sentimentos de hostilidade entre os envolvidos, bem como entre observadores geograficamente distantes do conflito.

No campo da educação — um dos eixos fundamentais para a construção da coexistência — o trabalho formativo desenvolvido desde a pré-escola deve orientar as crianças a olhar para o futuro, utilizando o passado como fonte de aprendizado e reconstrução, e não

como motivo de ressentimento, revolta ou vingança. No contexto palestino, em particular, isso significa promover entre os jovens uma mentalidade capaz de reconhecer as dificuldades históricas e sociais sem, contudo, reduzir sua trajetória à busca por culpados. Trata-se de incentivá-los a encontrar, apesar das adversidades, razões para investir no conhecimento, que pode abrir portas para novas oportunidades, ampliar horizontes e possibilitar o exercício pleno de seus direitos como cidadãos, onde quer que estejam. Assim, a educação torna-se um caminho concreto para que novas gerações possam, juntas, imaginar e construir um futuro de coexistência — um ideal tantas vezes buscado e ainda tão pouco alcançado.

Para o público cristão, tal cenário apresenta desafios específicos. A ausência de estudo aprofundado ou a orientação inadequada sobre o tema pode resultar em interpretações equivocadas, nas quais a religião é instrumentalizada como justificativa para agressões, violências e discriminações que não encontram respaldo na teologia bíblica. Nesse sentido, torna-se imprescindível recuperar leituras que enfatizem a reconciliação, a dignidade humana e a superação de barreiras históricas.

A própria Escritura oferece elementos significativos para a construção dessa perspectiva. O apóstolo Paulo, ao tratar da reconciliação entre judeus e gentios, afirma que Cristo derrubou o muro da inimizade (Ef. 2,14–18), tornando possível a unidade entre aqueles que antes se encontravam separados. A metáfora paulina evidencia que a reconciliação não se limita ao âmbito espiritual, mas possui implicações éticas e comunitárias, convocando os cristãos a reconhecerem no outro — independentemente de sua origem — um sujeito igualmente alcançado pela graça.

Sob a mesma orientação teológica, o ensino de Jesus nas bem-aventuranças reforça essa vocação reconciliadora ao declarar: Bem-aventurados os pacificadores, pois serão chamados filhos de Deus (Mt 5,9). Assim, a prática cristã da paz não se reduz a um ideal abstrato, mas constitui um compromisso concreto de promover diálogo, acolhimento e respeito mútuo, testemunhando a fé por meio de ações que favoreçam a superação de conflitos.

Nesse horizonte, destaca-se ainda um episódio bíblico que dialoga diretamente com a temática da reconciliação: o encontro entre Ismael e Isaque por ocasião da morte de Abraão. Apesar das tensões e distanciamentos que marcaram suas trajetórias, ambos se reúnem para sepultar o pai em comum (Gn. 25,9). Esse gesto, ainda que breve, revela a possibilidade de suspensão de ressentimentos e divergências em favor de um ato compartilhado de honra e memória. A cena sugere que vínculos profundos podem transcender antagonismos históricos, apontando para a viabilidade de encontros que rompem com a lógica da separação.

A articulação entre esses elementos bíblicos — a derrubada do muro da inimizade, o chamado aos pacificadores e o reencontro entre Ismael e Isaque — oferece um arcabouço teológico consistente para pensar caminhos de coexistência no contexto do conflito árabe-israelense. Longe de propor soluções simplistas para uma realidade complexa, tais referências iluminam a necessidade de posturas que privilegiem o diálogo, a empatia e o reconhecimento da dignidade do outro. Assim, a coexistência entre povos historicamente marcados pelo conflito não se apresenta apenas como um ideal distante, mas como uma possibilidade real, sustentada por fundamentos éticos, teológicos e humanos que convidam à construção de pontes onde antes se ergueram muros.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL. *Oswaldo Aranha na ONU durante a votação da Partilha da Palestina*. Reprodução. Disponível em: [https://www.gov.br/arquivonacional/ \(gov.br in Bing\)](https://www.gov.br/arquivonacional/(gov.br%20in%20Bing)). Acesso em: 05 maio 2026.

BÍBLIA. A Bíblia Sagrada: Nova Versão Internacional. São Paulo: Vida, 2001.

BRITANNICA. *Palestine: Roman Palestine*. Encyclopaedia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Palestine/Roman-Palestine>. Acesso em: 15 Abril 2026.

BRITANNICA. *United Nations Resolution 181*. Encyclopaedia Britannica, 2026. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/United-Nations-Resolution-181>>. Acesso em: 20 maio 2026.

COLEÇÃO TORÁ LUXO. *Chumash de Bereshit*. 2. ed. São Paulo: Editora Maayanot, 2015. v. 1.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Nomadism. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/nomadism>. Acesso em: 9 abr. 2026.

FORBES ISRAEL. *Suliman Maswadeh*. Forbes Israel. Disponível em: <https://forbes.co.il/suliman-maswade/>>. Acesso em: 10 maio 2026.

HALEVI, Yossi Klein. *Cartas ao meu vizinho palestino*. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

HERZL, Theodor. O Estado judeu. [S.l.]: Amazon Digital Services, 1896. Edição Kindle.

RAHEB, Mitri. Decolonizar a Palestina: a terra, o povo, a Bíblia. São Paulo: Paulus, 2025.

SCB – SOCIEDADE CRIACIONISTA BRASILEIRA. A palavra “terra” em Gênesis 1:1. Revista Criacionista, [s.d.]. Disponível em: <https://scb.org.br/revistacriacionista/artigos/a-palavra-terra-em-genesis-11/>. Acesso em: 24 mar. 2026.

SCHWARTZ, Adi; WILF, Einat. A guerra do retorno: como resolver o problema dos refugiados e estabelecer a paz entre palestinos e israelenses. São Paulo: Contexto, 2021.

SILVA, Elayne. *Percorso de Hagar e Ismael*. 2026. Mapa elaborado pela autora com auxílio de inteligência artificial.

UNRWA. Foto: Mohammad Hinnawi. *Famílias entre os escombros de uma estrutura queimada em Gaza*. In: ONU NEWS. **Guterres pede união para reconstrução e estabilidade duradoura em Gaza**. 28 fev. 2025. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/02/1845591>. Acesso em: 20 maio 2026.

UNRWA. *Palestine refugees*. United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East. Disponível em: <https://www.unrwa.org/palestine-refugees>. Acesso em: 20 maio 2026.

YOUSEF, Mosab Hassan. O filho do Hamas. Rio de Janeiro: Sextante, 2010.